

NOTAS EXPLICATIVAS - Exercício de 2019

JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)

Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ)

Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES)

Informações gerais

As demonstrações contábeis das Unidades Gestoras da Justiça Federal da 2ª Região (JF2) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000. Baseiam-se também nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC-TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) são as seguintes:

- I. Balanço Patrimonial (BP)
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- III. Balanço Orçamentário (BO)
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Ressalte-se que a JF2 não representa um órgão para efeito do sistema SIAFI e, portanto, as suas demonstrações contábeis refletem o agrupamento das respectivas unidades gestoras, as quais integram, juntamente com as demais regiões, as demonstrações consolidadas da Justiça Federal, sob a jurisdição administrativa do Conselho de Justiça Federal (CJF).

Lista das Unidades Gestoras da JF2:

090028 – Tribunal Regional Federal 2ª Região – Executora
090054 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Escola de Magistratura Regional Federal
090034 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Orçamentária
090048 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Pagamento de Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor - RPVs
090016 – Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Executora
090014 – Seção Judiciária do Espírito Santo - Executora

O CJF é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões (administrativas) possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

As demonstrações contábeis da 2ª região são influenciadas pela forma como se encontra estruturada a movimentação orçamentária e financeira dentro da Justiça Federal.

Possuem dotação consignada na lei orçamentária cada um dos cinco tribunais regionais federais. A dotação da JF de 1ª instância, ou seja, das seções judiciárias, é consignada em conjunto com o orçamento do CJF.

Os recursos orçamentários das seções judiciárias são repassados pelo CJF via TRFs.

Os recursos financeiros, dos tribunais e das seções judiciárias, são centralizados no CJF e transferidos aos tribunais que, por sua vez, repassam parte destes recursos para as respectivas seções judiciárias.

Políticas contábeis significativas

O Ativo e o Passivo são mensurados pelo custo histórico, ou seja pelo valor de entrada.

As obrigações que trazem em seu bojo regras específicas de atualização monetária, tais como precatórios (RPVs) e passivos de pessoal, sofrem os ajustes pertinentes.

As saídas de estoque são registradas pelo custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição/construção, após o que fica sujeito à depreciação ou amortização durante o período de sua vida útil. No âmbito da JF2, foi adotado o método de quotas constantes/linear e a tabela indicada no Manual SIAFI, [macrofunção 02.03.30](#), para definição do tempo de vida útil e do valor residual.

O ativo intangível, quase totalmente composto de *softwares*, tem a sua amortização registrada mensalmente, exceto pela SJRJ, cujo processo de definição da vida útil está em tramitação (JFRJ-ADM-2019/0043).

Os valores dos bens imóveis de uso especial da União, cadastrados no SPIUnet, são atualizados a cada ano considerando as características dos imóveis e preços unitários regionais, nos termos do art. 4º, I, da Portaria STN/SPU n 03, de 10 de dezembro de 2014.

A depreciação dos imóveis cadastrados é calculada pelo próprio sistema SPIUnet, de acordo com os parâmetros definidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Não houve mudanças de políticas contábeis significativas em 2019, exceto no que se refere à contabilização do passivo de precatórios, conforme explicado a seguir.

Pagamento de Precatórios e RPVs

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva, nos processos judiciais de competência da Justiça Federal e no exercício da competência federal delegada.

Compete ao presidente do respectivo tribunal receber e aferir a regularidade formal dos ofícios requisitórios, apresentados pelos juízos vinculados à sua jurisdição, bem como assegurar a obediência à ordem cronológica (de apresentação dos precatórios) e de preferência e autorizar o pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e na resolução do CJF.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a: I - sessenta salários mínimos, se a devedora for a Fazenda federal; II - quarenta salários mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda estadual ou a Fazenda distrital; III - trinta salários mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda municipal.

Com o advento da Lei nº 13.463/2017, os precatórios e as RPV federais expedidos, cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial, devem ser cancelados e ter o seus valores transferidos para a Conta Única do Tesouro Nacional. O cancelamento deve ser operacionalizado mensalmente pela instituição financeira, após o que poderá ser emitido novo ofício requisitório, a requerimento do credor.

Os valores decorrentes do pagamento de precatórios e RPVs representam uma parte significativa do montante de recursos movimentado pela JF da 2ª região.

Até 2018, todo esse passivo era registrado na Justiça Federal, porém, a partir de 2019, foi alterada a forma de contabilização dos precatórios e RPVs, para que as obrigações das entidades devedoras sejam refletidas em seu próprio patrimônio, em atendimento ao Acórdão nº 2455/2017 – TCU - Plenário. O novo procedimento foi detalhado por meio da Nota Técnica SPO/CJF nº 002/2018, posteriormente substituída pela Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019.

Tal mudança gerou variações significativas em alguns itens das demonstrações contábeis, que se encontram devidamente assinalados em notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial – BP

Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

Balço Orçamentário – BO

Balço Financeiro – BF

Fonte: SIAFI Web

Balço Patrimonial

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	Nota	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		97.640.077,48	43.159.178,03	PASSIVO CIRCULANTE		145.138.639,94	78.481.587,20
Caixa e Equivalentes de Caixa		27.398.996,42	34.009.371,61	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a CP	1	127.922.783,91	59.387.084,33
Demais Créditos e Valores a CP	1	64.409.457,12	4.464.729,55	Fornecedores e Contas a Pagar a CP		646.233,95	1.428.823,88
Estoques		5.602.246,28	4.406.037,83	Demais Obrigações a Curto Prazo		16.569.622,08	17.665.678,99
VPDs Pagas Antecipadamente		229.377,66	279.039,04				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		781.754.617,79	729.008.864,25	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3	-	15.145.961,97
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.051,48	5.178,43	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	15.145.961,97
Imobilizado		749.535.778,06	692.065.260,82				
Bens Móveis		97.802.361,19	84.792.847,75	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		145.138.639,94	93.627.549,17
Bens Imóveis	2	651.733.416,87	607.272.413,07	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível		32.215.788,25	36.938.425,00	ESPECIFICAÇÃO		2019	2018
				Resultados Acumulados		734.256.055,33	678.540.493,11
				Resultado do Exercício		54.429.171,76	1.359.789.687,20
				Resultados de Exercícios Anteriores		678.540.493,11	-
				Ajustes de Exercícios Anteriores		1.286.390,46	1.578.791.840,59
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		734.256.055,33	678.540.493,11
TOTAL DO ATIVO		879.394.695,27	772.168.042,28	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		879.394.695,27	772.168.042,28

Demonstração das Variações Patrimoniais

	Nota	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		10.287.429.637,31	8.642.765.837,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		19.154.873,61	21.924.410,07
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		316.925,84	1.400.458,41
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.450,38	4.613,82
Transferências e Delegações Recebidas		9.832.271.058,45	8.050.626.511,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		153.280.215,14	114.889.808,51
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		282.403.113,89	453.920.034,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		10.233.000.465,55	7.282.976.150,24
Pessoal e Encargos		1.540.753.058,13	1.375.689.335,34
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		351.385.526,54	368.501.317,86
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		191.396.669,76	180.259.517,77
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		426.513,32	10.606.377,07
Transferências e Delegações Concedidas		5.222.690.103,14	4.507.367.008,81
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4	2.923.357.027,07	17.955.921,52
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		2.565.793,16	9.455.339,00
Perdas Involuntárias		15.502,48	607,45
Incorporação de Passivos		2.911.007.351,42	26.567,89
Desincorporação de Ativos		9.768.380,01	8.473.407,18
Tributárias		2.625.989,73	2.744.614,08
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		365.577,86	819.852.057,79
Constituição de Provisões		-	819.336.329,42
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		365.577,86	515.728,37
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		54.429.171,76	1.359.789.687,20

Balço Orçamentário

RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-		
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-		
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-		
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-		
DEFICIT				4.926.444.064,81	4.926.444.064,81		
TOTAL		-	-	4.926.444.064,81	4.926.444.064,81		
DESPEZA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		455.658.455,00	497.404.156,00	4.654.202.977,71	4.594.131.341,90	4.594.055.559,89	-4.156.798.821,71
Pessoal e Encargos Sociais		376.300.000,00	422.526.813,00	2.342.993.868,78	2.311.895.311,99	2.311.895.311,99	-1.920.467.055,78
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		79.358.455,00	74.877.343,00	2.311.209.108,93	2.282.236.029,91	2.282.160.247,90	-2.236.331.765,93
DESPESAS DE CAPITAL		8.884.000,00	18.111.253,00	272.241.087,10	266.932.968,29	266.904.302,94	-254.129.834,10
Investimentos		8.884.000,00	18.111.253,00	36.320.734,32	31.383.170,85	31.354.505,50	-18.209.481,32
Inversões Financeiras		-	-	235.920.352,78	235.549.797,44	235.549.797,44	-235.920.352,78
SUBTOTAL DAS DESPESAS	5	464.542.455,00	515.515.409,00	4.926.444.064,81	4.861.064.310,19	4.860.959.862,83	-4.410.928.655,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		464.542.455,00	515.515.409,00	4.926.444.064,81	4.861.064.310,19	4.860.959.862,83	-4.410.928.655,81
TOTAL		464.542.455,00	515.515.409,00	4.926.444.064,81	4.861.064.310,19	4.860.959.862,83	-4.410.928.655,81

Balanço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	Nota	2019	2018
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		4.926.444.064,81	4.036.217.236,54
Ordinárias		-	-	Ordinárias		3.740.835.503,46	3.002.093.134,45
Vinculadas		-	-	Vinculadas		1.185.608.561,35	1.034.124.102,09
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		888.261.727,41	788.262.391,37
Recursos a Classificar		-	-	Previdência Social (RPPS)		287.500.000,00	217.239.805,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		9.846.833,94	28.621.905,72
Transferências Financeiras Recebidas	6	9.821.881.085,32	8.039.157.677,44	Transferências Financeiras Concedidas	6	5.220.773.134,21	4.506.971.650,03
Resultantes da Execução Orçamentária		9.731.739.822,52	7.975.535.102,84	Resultantes da Execução Orçamentária		4.872.514.334,19	3.997.864.475,03
Sub-repasse Recebido		9.731.739.822,52	7.975.535.102,84	Sub-repasse Concedido		4.872.514.334,19	3.997.864.475,03
Independentes da Execução Orçamentária		90.141.262,80	63.622.574,60	Independentes da Execução Orçamentária		348.258.800,02	509.107.175,00
Transf. Recebidas para Pagamento de RP		86.578.404,35	60.632.364,31	Transf. Concedidas para Pagamento de RP		43.265.147,24	30.122.798,30
Demais Transferências Recebidas		1.745.859,70	1.851.690,94	Demais Transferências Concedidas		877.438,44	925.845,47
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.816.998,75	1.138.519,35	Movimento de Saldos Patrimoniais		304.116.214,34	478.058.531,23
Recebimentos Extraorçamentários		449.432.342,94	604.653.082,05	Pagamentos Extraorçamentários		130.706.604,43	93.653.045,01
Inscrição dos Restos a Pagar Proc		104.447,36	420.802,07	Pagamento dos Restos a Pagar Proc		350.563,97	120.855,92
Inscrição dos Restos a Pagar Não Proc		65.379.754,62	58.759.084,10	Pagamento dos Restos a Pagar Não Proc		57.058.304,67	45.954.269,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinc		72.188.072,32	60.611.804,61	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		73.297.735,79	47.563.602,03
Outros Recebimentos Extraorçament.		311.760.068,64	484.861.391,27	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	14.317,85
Saldo do Exercício Anterior		34.009.371,61	27.040.543,70	Saldo para o Exercício Seguinte		27.398.996,42	34.009.371,61
Caixa e Equivalentes de Caixa		34.009.371,61	27.040.543,70	Caixa e Equivalentes de Caixa		27.398.996,42	34.009.371,61
TOTAL		10.305.322.799,87	8.670.851.303,19	TOTAL		10.305.322.799,87	8.670.851.303,19

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos quadros a seguir:

“AH” significa Análise Horizontal, que demonstra a variação percentual entre um ano e outro.

“AV” significa Análise Vertical, que demonstra a representatividade do item em relação ao total da respectiva demonstração contábil.

1) BP – Ativo e Passivo Circulantes - Férias

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH	AV
Demais Créditos e Valores a CP	64.409.457,12	4.464.729,55	1342,6%	7,3%
13 salário - adiantamento	2.273.498,31	-	100,0%	0,3%
Adiantamento de férias	58.409.980,45	222.231,42	26183,4%	6,6%
Salários e ordenados - pagamento antecipado	2.024.460,87	1.921.203,96	5,4%	0,2%
Valores a receber por devolução desp. Estornadas	2.551,22	-	100,0%	0,0%
Créditos a receber decorrentes de infrações	1.698.966,27	2.321.294,17	-26,8%	0,2%

Fonte: Tesouro Gerencial

A variação de 1342,6% ocorrida nos “Demais créditos e valores a curto prazo” deve-se primordialmente ao item “Adiantamento de férias”, que teve o seu valor bastante alterado em face da mudança no procedimento de contabilização de férias, constante da macrofunção SIAFI 02.11.42, com o fim de aprimorar o registro da despesa por competência.

Também no passivo de “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a curto prazo” houve reflexo da citada mudança de procedimento no item “Férias a Pagar”, conforme se verifica no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH	AV
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a CP	127.922.783,91	59.387.084,33	115,4%	14,5%
Salários, remunerações e benefícios	25.404.236,38	26.529.746,40	-4,2%	2,9%
Férias a pagar	61.460.372,18	1.825.669,53	3266,5%	7,0%
Precatórios de pessoal	21.394.104,93	4.038.562,90	429,7%	2,4%
Precatórios de benefícios previdenciários	19.061.809,56	25.747.492,36	-26,0%	2,2%
INSS-contrib.s/ serviços de terceiros - intra	101.045,16	205.784,76	-50,9%	0,0%
PSSS-contrib.s/vencimentos e vantagens - intra	501.215,70	1.039.828,38	-51,8%	0,1%

Fonte: Tesouro Gerencial

2) BP – Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 74,1 % do ativo.

A 2ª região conta com 26 imóveis de uso especial registrados no Spiunet e no SIAFI, com a seguinte composição:

Bens Imóveis de Uso Especial	Saldo em 31/12/2018	Atualização no Spiu-net	Mudança de classificação	Saldo em 31/12/2019
Edifícios (19)	530.524.069,43	41.727.214,24	6.671.693,28	578.922.976,95
Terrenos/Glebas (5)	11.482.638,95	514.542,00	(6.671.693,28)	5.325.487,67
Armazéns/Galpões (2)	23.036.527,13	1.829.034,75		24.865.561,88
TOTAL (26)	565.043.235,51	44.070.790,99	-	609.114.026,50

Fonte: SIAFI

Distribuição do quantitativo de imóveis na 2ª região:

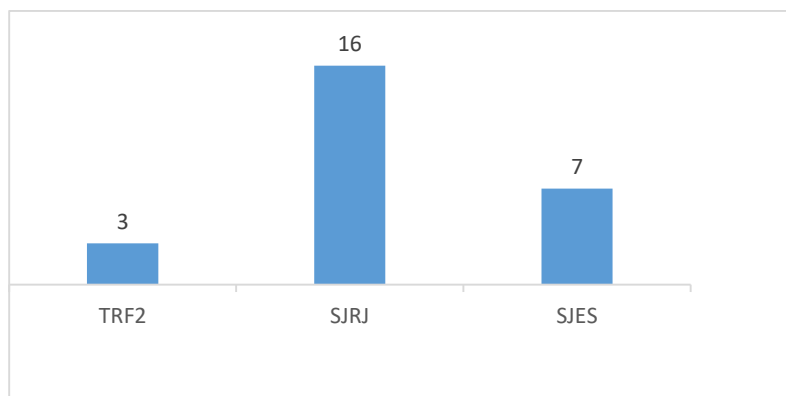


Gráfico 1

A conta de Obras em Andamento na 2ª Região possui a seguinte composição:

Unidade	Descrição	Previsão de Conclusão	Saldo em 31/12/2019
SJES	Construção Sala de Custódia - Cachoeiro do Itapemirim	Fev/2020	23.779,97
SJES	Obras de acessibilidade - Sede - Vitória	Mar/2020	10.332,84
SJES	Obras de acessibilidade em São Mateus	Mar/2020	3.001,19
SJRJ	Reforma dos Anexos I e II da SJRJ - sede	Dez/2019	5.047.805,13
SJRJ	Construção de muro e serv. Complementares - Av. Venezuela	Dez/2019	27.184,98
SJRJ	Instalação de carceragem na SJ de Campos	Dez/2019	30.797,99

Unidade	Descrição	Previsão de Conclusão	Saldo em 31/12/2019
TRF2	Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região	Dez/2019	7.827.663,45
TRF2	Reforma do prédio da Rua Visconde de Inhaúma	2020	2.190.743,67
TOTAL			15.161.309,22

Fonte: setoriais contábeis das UGs

Os demais componentes dos bens imóveis são as Instalações e as Benfeitorias em propriedades de terceiros.

3) BP – Passivo não Circulante

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH	AV
Passivo não circulante	0,00	15.145.961,97	100,0%	0,0%
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	15.145.961,97	100,0%	0,0%

Fonte: SIAFI Web

A variação negativa de 100% no Passivo não Circulante deve-se ao cancelamento de Precatório de Terceiros que seriam pagos pelo TRF2.

4) DVP – Incorporação de Passivos

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH	AV
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.923.357.027,07	17.955.921,52	16180,7%	5370,9%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.565.793,16	9.455.339,00	-72,9%	4,7%
Perdas Involuntárias	15.502,48	607,45	2452,1%	0,0%
Incorporação de Passivos	2.911.007.351,42	26.567,89	10956763,2%	5348,2%
Desincorporação de Ativos	9.768.380,01	8.473.407,18	15,3%	17,9%

Fonte: SIAFI Web

Houve alteração de procedimentos quanto ao reconhecimento patrimonial das obrigações de precatórios e provisionamento de RPVs nas entidades devedoras, por meio da Nota Técnica SPO/CJF nº 002/2018, posteriormente substituída pela Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019.

A variação de 16180,7% ocorrida no item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” decorre substancialmente da transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento de tais passivos.

5) BO - Balanço Orçamentário

O balanço orçamentário da JF 2ª região apresenta déficit porque a JF não é um agente arrecadador, mas primordialmente um prestador de serviço público, para cuja prestação executa despesas e realiza investimentos. O ingresso dos recursos necessários à execução das despesas ocorre mediante transferências financeiras, conforme demonstrado no balanço financeiro.

O desequilíbrio no saldo da dotação explica-se em parte pelo recebimento de provisões orçamentárias para empenho e pagamento de Precatórios e RPVs (59% da prov. recebida), cuja dotação é originalmente consignada no orçamento das entidades devedoras e não na JF2.

Outra parte do desequilíbrio (10% da prov. recebida) deve-se à estrutura orçamentária adotada na JF. As colunas Dotação Inicial e Dotação Atualizada apresentam apenas a previsão das despesas do TRF2 na lei orçamentária, porém as colunas que refletem a execução da despesa incluem as seções judiciárias da 2ª região, cuja dotação é consignada no orçamento do CJF e, posteriormente, transferida por meio de provisões orçamentárias.

Segue quadro da execução orçamentária da JF2 ajustado, para melhor entendimento.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÕES RECEBIDAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.664.558.033,07	4.654.202.977,71	4.594.131.341,90	4.594.055.559,89	10.355.055,36
Pessoal e Encargos Sociais	2.344.618.055,88	2.342.993.868,78	2.311.895.311,99	2.311.895.311,99	1.624.187,10
Outras Despesas Correntes	2.319.939.977,19	2.311.209.108,93	2.282.236.029,91	2.282.160.247,90	8.730.868,26
DESPESAS DE CAPITAL	283.424.428,78	272.241.087,10	266.932.968,29	266.904.302,94	11.183.341,68
Investimentos	47.504.076,00	36.320.734,32	31.383.170,85	31.354.505,50	11.183.341,68
Inversões Financeiras	235.920.352,78	235.920.352,78	235.549.797,44	235.549.797,44	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	4.947.982.461,85	4.926.444.064,81	4.861.064.310,19	4.860.959.862,83	21.538.397,04

Fonte: Tesouro Gerencial

O quadro a seguir demonstra somente a execução orçamentária de Precatórios e RPVs.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÕES RECEBIDAS - PRECATÓRIOS E RPVs	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.682.584.047,03	2.682.584.044,26	2.639.602.011,74	2.639.602.011,74	2,77
Pessoal e Encargos Sociais	642.273.290,88	642.273.288,98	620.879.184,05	620.879.184,05	1,90
Outras Despesas Correntes	2.040.310.756,15	2.040.310.755,28	2.018.722.827,69	2.018.722.827,69	0,87
DESPESAS DE CAPITAL	235.920.352,78	235.920.352,78	235.549.797,44	235.549.797,44	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	235.920.352,78	235.920.352,78	235.549.797,44	235.549.797,44	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	2.918.504.399,81	2.918.504.397,04	2.875.151.809,18	2.875.151.809,18	2,77

Fonte: Tesouro Gerencial

6) BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	9.821.881.085,32	8.039.157.677,44	22,2%	95,3%
Sub-repasse Recebido	9.731.739.822,52	7.975.535.102,84	22,0%	94,4%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	86.578.404,35	60.632.364,31	42,8%	0,8%
Demais Transferências Recebidas	1.745.859,70	1.851.690,94	-5,7%	0,0%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.816.998,75	1.138.519,35	59,6%	0,0%

Fonte: SIAFI Web

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	5.220.773.134,21	4.506.971.650,03	15,8%	50,7%
Sub-repasse Concedido	4.872.514.334,19	3.997.864.475,03	21,9%	47,3%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	43.265.147,24	30.122.798,30	43,6%	0,4%
Demais Transferências Concedidas	877.438,44	925.845,47	-5,2%	0,0%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	304.116.214,34	478.058.531,23	-36,4%	3,0%

Fonte: SIAFI Web

O valor das transferências financeiras recebidas e concedidas retrata o procedimento adotado na JF em relação aos recursos financeiros, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

A UG orçamentária do TRF centraliza o recebimento das transferências financeiras do CJF (transferências recebidas) e as repassa (transferências concedidas) às demais UGs executoras da 2ª região, que por sua vez registram o recebimento desses mesmos recursos.

Verifica-se ainda no gráfico 2, que o montante de recursos recebidos para pagamento de precatórios e RPVs foi maior que o somatório dos recursos recebidos pela 2ª região para a realização de seus gastos normais de funcionamento.

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas na 2ª Região:

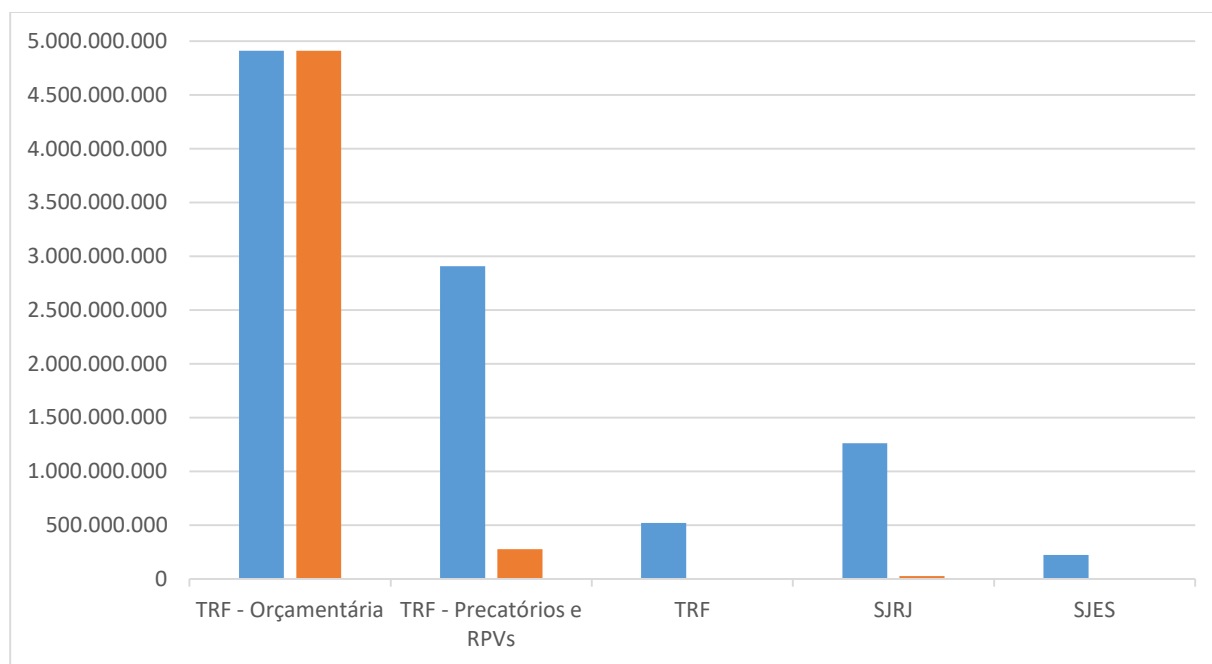


Gráfico 2

Outras informações**Lei nº 13.463/2017**

Com o advento da Lei nº 13.463/2017, os precatórios e as RPV federais expedidos, cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial, devem ser cancelados e ter o seus valores transferidos para a Conta Única do Tesouro Nacional. O cancelamento deve ser operacionalizado mensalmente pela instituição financeira, após o que poderá ser emitido novo ofício requisitório, a requerimento do credor.

Os valores decorrentes da aplicação da Lei nº 13.463/2017 encontram-se abaixo evidenciados:

Pecatórios e RPVs - aplicação da Lei nº 13.463/2017					
Não Requisitados pelo Credor			Montante Cancelado no Exercício	Montante Reincluído no Exercício	
Saldo Final				Pagos	A Pagar
Exercício Anterior	Exercício Corrente				
RPVs	529.025.884,07	12.517.867,16	84.703,00	30.950.543,00	2.240.373,91
Pecatórios	1.624.427.396,79	216.720.777,61	107.564,00	12.775.537,22	407.839.316,76
Total	2.153.453.280,86	229.238.644,77	192.267,00	43.726.080,22	410.079.690,67

Fonte: Divisão de Precatórios/DIPRE – TRF2

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Recursos

Conta Contábil	Saldo em dez/2019	Motivo do registro
Salários, remunerações e benefícios	24.821.178,95	Despesas de Pessoal
INSS-contrib.s/ serviços de terceiros - intra	101.031,84	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJG
PSSS-contrib.s/vencimentos e vantagens -intra	485.371,44	Despesas de Pessoal
Contas a pagar credores nacionais	505.159,24	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG

Fonte: SIAFI

Ajustes de exercícios anteriores

Ajustes de Exercícios Anteriores	Registros
Saldo em 31/12/2018	897.542.646,50
Reclassificação do saldo existente em 31/12/18 para Superávit ou Déficit acumulados de exercícios anteriores	- 897.542.646,50
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Pessoal	- 822.358,60
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Despesas Diversas - Fornecedores, diárias e Indenizações	- 64.822,56
Apropriação de Despesas referente aos Passivos de Encargos Sociais, Contribuições Sociais e Benefícios previdenciários.	491.199,83
Bens de capital - Imobilizado - variações diminutivas e aumentativas	1.647.745,02
Bens de consumo - Variação Patrimonial Aumentativa	109,42
Créditos a Receber de curto prazo - variação patrimonial aumentativa	34.517,35
Saldo em 31/12/2019	1.286.390,46

Fonte: SIAFI

Local	Rio de Janeiro	Data	09/01/2020
Contadora Responsável UGs 090028/ 090034 / 090048 / 090054	Claudia Cristina de Souza Marques	CRC nº	071150-O-RJ
Contador Responsável UG 090016	Luciana Maria Barreto de C. Ribeiro	CRC nº	084027/O-3-RJ
Contador Responsável UG 090014	Márcio Jerry Marchesi Reis	CRC nº	014586/O-ES